ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 09/2025

(Plenária Presencial)

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**; Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga**; Priscila Balestrin e Fabrízia Demo, **Parceiros Voluntários;** Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**; Natália Laurindo, **AHMI**; **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Francyne da Rosa, **CEMME**; Patrícia Lane Araújo Reis, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**; e Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Letícia Giardin, **SMAS/FASC**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Sandra Regina Castro de Aguiar, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**; Elisandra Marques da Rosa, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**; Sônia Silvestrin e Denise, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**; e Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV.**

DEMAIS PRESENTES:

Solange, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria**; Denise Muzel e Luciana Tietbohl, **Administrativos SMIDH**; Joel, **Assessoria Jurídica/SMIDH**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente: Então, boa tarde para todos vocês, que bom vê-los. Semana passada eu não consegui, estava na loucura, para variar, também. Mas a gente tem pessoas novas aqui. O Joel, eu não sei se o Luís Paulo já tinha falado para vocês, mas o Joel, então, ele faz parte da ASSETEC e vai fazer um olhar mais jurídico, tanto na plenária, quanto ali junto a Larissa. Então, vai facilitar também os nossos processos e tudo mais. Bem-vindo, Joel. Também nós temos uma nova colega. Mas vamos fazer uma rodada de apresentações, para facilitar. [Apresentação dos presentes na inicial]. Já podemos passar para a Solange, né, Frei? Pode iniciar, por favor.

1.2. PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA:

Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA: Bom, conforme semana passada relatamos, nós tivemos uma reunião, há uma semana, faz 10 dias, o Ministério Público, o GT, para discutir o Programa Família Acolhedora, que é bastante novo na cidade, e está sendo gerido hoje pelo Calábria. Temos aqui a presença da Solange, que é a coordenadora do programa. Ela trabalhou junto com a nossa colega, que foi muitos anos, a Susana, todos conhecemos a Susana, e ela está sucedendo a Susana desde o início do ano, e também conhece profundamente o acolhimento institucional, conhece a rede. Então, é alguém que está bem preparada. E Solange, para ti, só te informar. Nosso objetivo, num programa muito novo, é que o Conselho possa se apropriar e a gente entender que a Convenção Internacional, que prevê em casos graves, quando há uma ruptura da possibilidade do convívio na família, na comunidade, tem um conjunto de alternativas e políticas que nosso Conselho deveria zelar antes do acolhimento institucional. E hoje nós temos, para mim, e eu destaquei também semana passada, talvez a política mais importante que nós, enquanto Cidade de Porto Alegre, estamos muito atrasados, que é uma modalidade que pode garantir um atendimento muito mais singularizado, atender melhor a necessidade da criança, e favorecer o

desenvolvimento. A gente sabe que o acolhimento é um espaço protetivo, mas ele nunca vai suprir o ambiente de uma família, que é o lugar onde a criança, por direito, deve ficar. Primeiro a sua família de origem, a gente tem que zelar para ficar e proteger em todos os sentidos. Mas quando não é possível, antes do acolhimento, está aqui a política. Então, Solange, é contigo. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** Obrigada! Agradeço o espaço aí para poder falar um pouco, então, do nosso serviço. E como o Frei já apresentou, então, eu estou desde o início do serviço em 2019, então, uma parceria da Rede Calábria. Na verdade, através do Paulo de Tarso, foi incorporado também à Rede Calábria. Então, atuava como técnica, como psicóloga, e neste ano, com a saída da Susana, fui convidada para poder assumir a coordenação desse desafio aí, que é, de fato, de levar adiante essa modalidade de acolhimento, que ainda é muito desconhecida. E, desde então, em 2019, como eu disse, foi assinado esse termo de parceria aí, junto com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Começamos num momento difícil, complexo, claro, antes disso também teve toda a preocupação aí de uma lei municipal de instituir o serviço. Mas foi final de 2019, bem entrando no período de férias, e aí imaginávamos, passado janeiro, fevereiro, vamos bombar nas divulgações e na captação de novas, de famílias acolhedoras, que veio a pandemia. Então, junto com a pandemia marcou, mesmo assim, nós nunca deixamos de acolher, embora no início. Mas o primeiro acolhimento, então, em março de 2020. Então, ano passado, completamos 5 anos de serviço em Porto Alegre. Inclusive, tivemos um seminário aí, com a parceria de uma emenda parlamentar, conseguimos fazer um seminário para celebrar e aproveitar também quanto à divulgação. Mas como bem o Frei trouxe muito bem, a gente tem muito a evoluir então. Essa parceria, ela é composta, por 20 metas, hoje. E nós temos 14 famílias acolhedoras somente, e 9 crianças acolhidas. E a gente sempre diz, não é possível que em Porto Alegre, com mais de 2 milhões de habitantes, não tenham mais famílias, então, a gente tem que avançar muito na questão da divulgação, da captação de famílias e de uma mudança de cultura mesmo, porque quem chega para nós, o principal dos interessados é o receio, é a questão do apego, do vínculo. E essa modalidade de acolhimento é pensada justamente para que tenha apego e tenha vínculo sim, em especial para crianças pequenas. Ela está contemplada dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente, desde 2009, então, como modalidade preferencial e Porto Alegre, uma capital, só em 2019 que então, de fato, foi implementada. E mês passado... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Posso fazer uma

pergunta? Você falou 14 famílias, né? **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** É, ao longo dos anos, a gente já habilitou mais de 40 famílias. Mas são famílias voluntárias, então, se colocam, tem toda uma capacitação, seleção e habilitação que a equipe técnica faz, e chegam muitos interessados, mas no meio do caminho é isso, não. Ou alguém concorda, o marido não quer, ou o marido quer, ou tem algum filho também que não concorda com isso, ou a família entende que não é o momento. E para além do olhar da família, também tem o olhar técnico, né? A avaliação técnica que, em alguns casos, nós temos que dar uma negativa. Mas hoje sim, temos 14 famílias habilitadas. Algumas se mantêm, todas as que nós temos já estão, já passaram do primeiro acolhimento. Então, tem uma que inclusive está no oitavo acolhimento. E a gente tem visto, assim, ao longo dos anos, o papel, a importância também que algumas famílias exercem até na reintegração familiar dessa criança, quando é possível, de se colocar como uma rede de apoio mesmo dessa família, muitas vezes também de mães muito jovens, tendo esse apoio da família acolhedora, depois da reintegração, do retorno, então, também é positivo. E mês passado teve então esse evento, o primeiro Encontro Gaúcho de Acolhimento Familiar. Foram 3 dias em Gramado. Foi um momento bem importante, assim. Mas também trouxeram alguns dados, em especial, tem o doutor Luís Carlos Rosa, é o juiz aqui no Rio Grande do Sul, só para contemplar também, é Santo Ângelo, é referência no estado, porque foi um dos primeiros municípios também que implantou o serviço. Ele está desde então. É óbvio que é um município menor, mas lá eles trabalham nas comarcas, então, são os municípios menores que fazem parte dessa comarca também com tempo. Mas ele trouxe alguns dados, então, enquanto, enquanto Brasil, enquanto estado. No Brasil, é uma média de mais de 30.000 crianças acolhidas, uma média de 6% em família acolhedora, e no Rio Grande do Sul, menor ainda, 4 e pouco mais de 4%. E em Porto Alegre, se a gente colocar aí um universo de 700, 800 crianças acolhidas, a gente não atinge nem 2%, pelo número que nós temos hoje. Desde o início, assim, nós acolhemos em torno de pouco mais de 60 crianças. E a gente acredita muito nessa, nessa modalidade de acolhimento, e quando se fala em preferencial no estatuto, não está se falando em qualidade de atendimento, porque a gente sabe o esforço e todo o trabalho que é feito também no acolhimento institucional, eu mesma trabalhei em casas lares por muitos anos, mas é no tipo de cuidado mesmo que se estabelece, vários estudos e é por isso também que já no Estatuto que falam em especial crianças pequenas no desenvolvimento infantil, o quanto esse, esse cuidado singular, esse olhar, esse olho no olho, faz diferença, assim, para essa criança. E sem contar também

para crianças maiores, às vezes até o estigma, de estar em um acolhimento institucional, enfim. Então, a gente entende que é uma família cuidando daquela criança até que a sua família possa superar aquelas vulnerabilidades, ser trabalhada e o melhor interesse da criança, mesmo, sendo preservado, que é no momento mais difícil que é essa separação da sua família de origem, que ela possa estar, de fato, assegurada, resguardada e com muito afeto. Então é, é algo que tem muito o nosso carinho, a gente quer seguir muito adiante, mas também a gente tem que evoluir muito. Ano passado também, eu até trouxe algumas cópias aqui, saiu, não sei se vocês tiveram acesso, saiu uma recomendação conjunta também do Conselho Nacional de Justiça, onde vários órgãos assinaram, Ministério Público, Ministério do Desenvolvimento Social, e eles colocam como meta, uma meta bem desafiadora, dá para se dizer, que até 2027 se pudesse atingir, no Brasil, o número, uma porcentagem de 25%, então, do total de acolhimentos em família acolhedora. E, então, agora vários movimentos estão surgindo, nesse encontro em Gramado vieram também profissionais, tanto da justiça, Ministério Público e é claro equipes técnicas também de outros estados, da Paraíba, lá da capital lá Manaus também, que eles fizeram uma inversão, da questão do acolhimento institucional, então estão evoluindo bastante nesse aspecto do acolhimento familiar. E, e do Paraná também, que também é uma referência, em especial Cascavel. Cascavel, tempos atrás, sozinho representava 20% de todo o acolhimento, todo o acolhimento familiar no Brasil. Então, eles apresentaram até no exterior assim uma experiência, e, claro, é outra realidade até de acolhimento familiar, acolhimento em áreas rurais que facilita também, em muitos aspectos assim também. E um dos grandes desafios que a gente tem encontrado hoje, e é por isso que também, junto com o Ministério Público, se criou esse GT. A Secretaria de Desenvolvimento do Estado tem também um GT fomentando o Estado todo. É a ampliação. E para ampliação, a gente precisa de mais famílias acolhedoras e precisa de mais divulgação, que é ainda um entrave grande, assim, na questão de o que seria possível mesmo que a rede conseguiu, mês passado, foi uma divulgação em algumas, pela Fundação Maurício Sirotsky, em algumas rádios. Tem dado um resultado, assim, mas como eu disse, às vezes vêm 20 interessados e a gente, dessa leva toda, assim, a gente conseguiu, de fato, habilitar uma família acolhedora. Então, tem que ser uma divulgação bem ampla e contínua também. E o nosso objetivo de compartilhar aqui com o Conselho é de poder conseguir parcerias mesmo, para a gente poder pensar juntos de que forma poderia ser nessa questão maior de divulgação para, de fato, efetivar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Posso te

fazer umas perguntas? Claro, porque desconheço, vamos dizer. Como é que é a forma de seleção dessas famílias? Tem alguma questão de ajuda de custo para poder ter esta criança lá? Como é que funciona a rede de apoio para que esta família tenha esta criança lá? A gente estava conversando semana passada, que tem um impeditivo de adoção, mas como é que se trabalha essa questão, principalmente em relação ao vínculo? **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** Importante. A gente costuma dizer que são famílias que têm que ter uma capacidade de apego, mas desapego também, porque ela que vai ter o principal vínculo com a criança e no momento de saída, essa família não pode, mesmo de forma inconsciente, boicotar também esse retorno e que essa criança saia também com sentimento de dívida. Toda a parte de seleção, habilitação, é feita pela equipe técnica, então, que é composta, além de mim, como coordenadora, uma assistente social e uma psicóloga. E nós temos alguns protocolos, algumas etapas. Primeiro, eu faço, para quem se mostra interessado, porque algumas pessoas confundem também com apadrinhamento afetivo. Nós fazemos, então, uma chamada de vídeo ou uma ligação também para esclarecer do que se trata mesmo. Tem algumas documentações que são solicitadas que estão na lei, então. Ano passado, nós conseguimos diminuir o que eram certidões, assim, o número absurdo, muito mais do que são exigidas dentro de um processo de adoção, inclusive. Então, algumas certidões negativas, aí antecedentes criminais, civil e criminal também, estadual. Dentro disso, então, é realizado uma entrevista pela equipe técnica, lá na sede da instituição. E a gente sempre trabalha na perspectiva de que é um processo duplo, assim, as famílias também estão sendo avaliadas e a gente quer ter famílias, as famílias também se auto avaliam, se têm condições para ser família acolhedora. Então, visita domiciliar, tem uma capacitação, então, e a gente vai evoluindo, dos dois lados. Uma capacitação onde são trabalhados diversos temas, assim, bem pertinentes ao acolhimento, essa questão de vínculo. Depois disso, então, reunimos, estando tudo ok para os dois lados, reunimos todas as documentações, um parecer da assistente social e a gente remete para o judiciário, sugerindo, então, indicando essa família para habilitação. Existe um subsídio, então, que não é um pagamento, são famílias que se colocam de forma voluntária, tem um termo de adesão ao serviço voluntariado, mas existe o subsídio no valor de um salário mínimo, que é previsto em lei, então, que é para auxiliar nas despesas com a criança por criança. Por criança, isso assim. E se tiver um diagnóstico em saúde, então, também é previsto de um salário mínimo e meio. Se acrescenta, então, meio salário a essa criança. E, claro, só pode acolher uma criança, salvo o grupo de irmãos, então, que a família acolhedora. E aí seria um

salário mínimo para cada criança acolhida. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E a questão da rede? Por exemplo, eu vou acolher essa criança lá na minha casa, aí eu não sei se vocês têm esse levantamento, tipo, não quero fazer um estereótipo, mas para a gente poder ter uma noção de que tipo de... Eu ia dizer "clientela", mas não é clientela, é o tipo de perfil que essas famílias, no mapa dessas 40 famílias que já teve, mais ou menos, assim, são famílias que têm mais condições de renda? São famílias que têm menos condições de renda? São famílias mais localizadas na zona... Não sei, para a gente ter uma noção. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** Sim, entendi. É, hoje dá para dizer que nós estamos bem mais equalizadas, assim, bem mais. Têm famílias com um nível socioeconômico maior, têm famílias mais comunitárias. No início do serviço, assim, a maioria das nossas famílias, nós já tivemos até uma juíza federal que foi família acolhedora, a maioria das nossas famílias tinha um nível socioeconômico um pouco maior, assim. E que a gente, claro, não é regra e é o nosso papel também, enquanto equipe técnica, trabalhar, mas a gente percebe que, dependendo, e isso é avaliado e é muito trabalhado dentro das próprias capacitações, e é uma questão de mudança de paradigma e de cultura até, dependendo da família, tem um pouco mais de dificuldade, por vezes, de compreender mesmo, principalmente em reintegração. E a gente vai trabalhando durante o acolhimento. É importante também frisar que existe o acompanhamento, então, depois que a criança está acolhida pela equipe técnica, com visitas na residência da família acolhedora, no primeiro mês, em especial, com foco muito na adaptação da criança e da própria família, porque vai mudar essa organização prévia que eles têm de forma mais intensa, através de contatos telefônicos, do WhatsApp também. E, além também dos momentos que as famílias acolhedoras levam, então, as crianças para as visitas assistidas, lá na sede da instituição, com as suas famílias. Mas hoje, assim, em níveis socioeconômicos, nós estamos um meio a meio. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E a criança, ela tem que ter um perfil específico? **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** Não. O que nós trabalhamos muito dentro da realidade daquela família que se coloca e seja a realidade enquanto organização, nós temos mulheres sozinhas, por exemplo, mulheres aposentadas que acolhem. Então, é isso, às vezes, uma senhora já talvez não tenha tanta energia para uma criança de quatro, cinco anos. É o pique que tem que ter e tudo isso é trabalhado também, alinhado com a família. Às vezes, as famílias também se colocam e nós

avaliamos: "ah, talvez de um bebê recém-nascido ou de uma criança maior". Com o passar do tempo, elas também vão se sentindo mais seguras e nós também, e acabam ampliando mais o serviço, como toda modalidade é pensado a zero a 18 anos, já tivemos, no momento não temos, mas já tivemos adolescentes acolhidos, na segunda infância. Hoje, todas as crianças que nós temos acolhidas são da primeira infância. E se a gente fizer uma divisão, da primeiríssima infância, então, muitos bebês, assim. Até comentava com a Denise, assim, dessa questão do acolhimento dos recém-nascidos que têm sido bem intenso, assim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Nós tivemos uma demanda e não vou saber exatamente a quantidade agora, mas nós passamos de 100 crianças de zero a um ano, né, Sônia, acolhidos o ano passado? **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Foram 163. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, passamos de 100, não vou saber exatamente o valor, o número, assim, mas foi algo que nos espantou bastante, na questão de recém-nascidos até um ano. Então, assim, foi uma quantidade muito grande. E aí nós temos o Frei, temos o João, que trabalham direto com acolhimento, que falam exatamente também dessa questão do grande boom no acolhimento institucional e, principalmente, nessa faixa etária e na estrutura que tem que se ter para essa faixa etária. Acho que é bem gritante também, entra muito na questão, acredito que no perfil dessa criança, no perfil dessa família, e muitas vezes até a estrutura que essa casa tem, que este local tem, independente até se é um acolhimento institucional ou uma casa lá. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** É, este ano nós tivemos um, até como exemplo, assim, de um bebê, mais de um bebê, óbvio, que nós tivemos acolhido, mas esse, até para frisar a importância desse período mesmo, ele foi, embora tivesse um pai organizado, que se colocavam, teve uma avaliação, assim, e a avaliação final é que restaram dúvidas. E ele conseguiu um pai bem jovem, assim, mas muito articulado, buscando muito pelo filho. E ele acabou sendo acolhido, foi acolhido em família acolhedora. A gente articulou muito, era de outro município, inclusive, de Canoas, e o bebê ficou dois meses, nós chamamos ele para participar das audiências concentradas. Mas nesses dois meses, de fato, assim, ficou muito integrado à família acolhedora dentro da rotina. Ela até brinca, assim, que parece que ele encaixou tão bem nesse aspecto. E sim, o acolhimento institucional, casas lares, crianças pequenas e um bebê, assim, demanda bastante, casas lares que um casal social com 10 crianças, um bebê, como é que dorme à noite também, assim como a gente tem bebês que

dormem e só acordam para mamar. A gente já teve bebês que em síndrome de abstinência que teve que fazer até tratamento. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Sim, porque eu ia dizer que uma das grandes causas, e ano passado a gente se debruçou sobre isso, uma das grandes causas do aumento é por conta de que a gente teve um aumento considerável do uso de substâncias pelas gestantes. E também que os hospitais, eles começaram a olhar mais para essa questão e também fazer as testagens, que eu também trouxe, que muitos estavam incorporando na sua prática, a testagem do uso de substâncias pela mãe e segurando os bebês e tentando esclarecer essa situação ou, quiçá, até ficando com os nenês e não entregando para família, por de alguma forma tentar proteger esse nenê, porque a mãe, no desespero, é capaz de usar a droga e ainda amamentar e tudo isso. Então, nós da Saúde olhamos, são bebês que têm uma exposição, via de regra. E são bebês, sim, que não são bebezinhos calmos. Eles têm vários motivos para ter tido uma vida intrauterina bem agitada e eles, certamente, vão repercutir na vida posterior ao nascimento. Então, são bebês agitados, são bebês expostos à sífilis, que tem uma série de demandas, então não é um bebê normal, ele tem uma série de outros cuidados. Então, queria só trazer que isso também é um desafio para as instituições. São bebês, às vezes, soropositivos, enfim, toda série de exposições. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** O que a gente tem visto para além do uso de substâncias, assim, em especial também a questão da saúde mental, que, claro, a dependência química já é uma questão de saúde mental, mas associada. E que a gente nunca sabe o que vem antes, ou desencadeou através do uso, ou foi aquele diagnóstico que levou ao uso, mas é bem complexo, de fato, de trabalhar assim com essas famílias. Mas é isso, assim, em linhas gerais. A gente tem tentado, de todas as formas, divulgar, mas são os desafios também de um serviço de funcionar numa capital, que tem esse olhar. Inclusive lá, nesse evento em Gramado, chamou muita atenção, mas também outros municípios de grande porte, de Caxias, Santa Maria, com dois, três acolhimentos familiares, que mesmo que falta para a gente conseguir avançar, nós não temos dúvidas que é divulgação contínua. Nós tentamos em vários momentos, assim, *busdoor*, no Paraná, lá, eles trazem isso, assim, que quando conseguiram colocar essa prática, assim, enquanto divulgação contínua, seja em *outdoor*, *busdoor*, eles dobraram o número de famílias acolhedoras também na cidade. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** É extremamente importante, porque a gente entende que é um serviço de acolhimento extremamente necessário e inclusive para os casos que não poderiam estar melhor adequado na família acolhedora. Talvez um dos limitadores seja, de

fato, o número de famílias disponíveis, porque crianças existem muitas. A gente vê nos espaços aí, o Frei comenta seguidamente, bebês ou crianças menores que estariam numa família muito melhor que no espaço de acolhimento, não que o espaço de acolhimento seja ruim, mas ele não é o mais adequado. Acredito que também o valor deveria ser maior, e aí é uma relação com a Prefeitura, com a secretaria, porque se a gente olhar o valor per capita de um acolhido, em torno de quase 5.800 e a família vai receber um salário mínimo, claro que é uma outra característica, mas talvez o valor ajudasse a ter mais famílias interessados e o ganho, acredito que seria bem maior. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** É. Até nós, nós temos um grupo de trabalho lá junto com o Ministério Público, que a SMAS também participa, lá a Viviani, o Núcleo de Acolhimento em que nós estamos tentando rever alguns pontos do decreto mesmo para modificar. E uma das questões que chegam também para nós, que nós consideramos importante, é a questão do valor ou, em especial também, uma família quando acolhe um bebê, se a gente pensar um salário mínimo, fralda e fórmula. Nós tivemos um caso até que o bebê veio, ele tinha alergia à proteína do leite, então tinha que usar aquela fórmula superespecial que custa praticamente 300 reais a lata. Ele veio com um laudo, a gente encaminhou, aí lá eles pediram um complemento daquele laudo, resumindo, demorou mais de 1 mês para sair e nesse período, assim, o que a família gastou ainda mais um recém-nascido, sei lá, mais de 3.000 reais só com leite, dá para se dizer. E não vai repor, se pensar que é um primeiro acolhimento, tudo que se adquire para a criança, acho que é importante também trazer para a criança, vai com a criança também, seja berço, seja carrinho, seja, enfim, o que se entende ali. Então, a questão das questões básicas que um bebê necessita com um salário mínimo, de fato, assim, é pouco, se a gente pensar. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que o Conselho poderia apontar isso também como definição. A gente está falando nem do custo financeiro, podia custar 10.000, só pelo ganho emocional no desenvolvimento de uma criança com o impacto que vai ter para toda a vida dela. A gente quantas vezes judicializa na Saúde, judicializando tratamentos com medicamentos caríssimos. Mas estamos falando de cuidado 24 horas por dia de bebês, de crianças que já têm rupturas que deixam marcas tão profundas. Eu também fiquei ainda, ainda foi apontado, vocês não sabem da maior aqui. Eventualmente a família era cobrada, quando ficou a criança, não ficou 1 mês, para devolver parte dos recursos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ah, é sério? **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina**

Providência – Calábria: Sim, tem que devolver. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** E ainda tem uma prescrição onde deve gastar o dinheiro. Tem a equipe técnica para acompanhar, orientar, o importante é atender essa necessidade. Aquilo que a gente já falou, o Marco Regulatório colocou com tanta propriedade, o foco é o atendimento do objeto, é a criança bem cuidada, estar no lar, acompanhada por uma equipe técnica, aí o projeto se perde nessas minúcias. Eu acho que aí que a gente tem que melhorar, porque é uma política, assim nunca vamos avançar. Eu conheci o programa, na Alemanha, praticamente todo acolhimento é mínimo o acolhimento institucional. Claro, a realidade que tem famílias não são tão numerosas, nós temos um problema aqui, o perfil de famílias, a gente discutiu isso também, de muitos irmãos. E também discutimos talvez o Conselho, como esse grupo, discutir que às vezes é vantagem, em contextos, separar irmãos e manter os vínculos, mesmo em famílias diferentes, como no acolhimento também. Às vezes, hoje em nome de salvaguardar, tudo está no Estatuto, não pode separar, às vezes, nas nossas comunidades têm famílias tão ilhadas com situações, envolve tráfico, de irmãos maiores que já estão com um nível que às vezes desorganiza os menores, que é melhor separar. E por isso que tem equipes técnicas, o acolhimento tem equipe técnica, se faz um plano individual para cada criança, para o conjunto familiar. E nós muitas vezes perdemos, e os nossos técnicos, não sei se eu posso falar isso, eles, nas audiências, às vezes, não se sentem escutados. O técnico que faz tanto o guia para uma família acolhedora, quanto no acolhimento institucional, ele tem o mesmo nível de voz do juiz, do promotor, depois está no nível técnico, como advogado, mas não é o sentimento que muitas vezes as nossas equipes têm, não sei se estou mentindo, João, mas é o que eu tenho escutado e eles se sentem profundo... É que nem vocês do da Saúde, são profissionais técnicos, como médico, assistente social e a gente investiga a história da criança, a gente já se queixou aqui que vem com poucos dados, a gente não consegue até lá sem o anexo 2 que deveria dar todos os motivos, e aí muitas vezes depois da investigação, quando tem os nossos técnicos sentem que às vezes nem são muito ouvidos, ou é direcionada uma escuta às vezes. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** É bem como isso, nós enquanto Conselho temos que abraçar esse serviço. É um serviço que mesmo que custe 10.000, é um bem feito para aquela criança que está nesse momento ali de violência de direitos e pensar justamente, existem as equipes técnicas, elas precisam também ter voz e vez. Então, acredito que essa relação, até mesmo para reduzir o processo de acolhimento. Ontem nós tivemos reunião com o pessoal da FASC, que a gente não renovou os convênios,

nos termos parceria, com a SMAS, mas num aspecto de que o próprio acolhimento institucional hoje, ele precisa ser revisto. Não existe hoje uma estrutura de 20 acolhidos no mesmo espaço que dê conta. Então, pensar em família acolhedora é uma oportunidade e essa relação com o Judiciário, porque tem muitos bebês abrigados. As casas que seriam de responsabilidade, o CEACRI, com especialidade para bebês, já não dão conta. Nós somos abrigos de grande porte com aquelas inúmeras complexidades, vocês imaginem, a situação dos educadores sociais. Ele está desde o bebezinho, passando pelo autista, passando pela situação do ato infracional e do adolescente, tudo no mesmo espaço, não tem como, não dá conta. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Hoje, lá no nosso, que é porta de entrada, estava uma educadora com um bebê que deve estar com talvez 1 mês, muito pequenininho, poucos dias de vida e com 30 outras crianças, onde tem barulho, onde tem correria, onde tem mil coisas acontecendo. É um ambiente bem protegido, vínculos bons, mas uma criança dessas tinha que estar numa família. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eu queria falar aqui, o Frei Luciano, o João, sempre trazem a problemática do acolhimento institucional das casas lares, dos abrigos que cada vez mais cresce o número de crianças. Temos aqui a família acolhedora, já passou aqui pelo CMDCA, tem uma resolução de aprovação desse programa aqui no Município e para dar esse apoio também ao programa. Uma pergunta que foi contemplada ali para perguntar, como é, como e o que vocês estão fazendo no programa para captar as famílias para esse cadastro com as crianças para se candidatarem e como as famílias podem acessar esse programa? Tipo, nas casas lares, nos abrigos, então, vai via judicial ou às vezes a maioria pelos Conselhos Tutelares, então como é que pode ter esse acesso? A outra questão, tipo, nós da sociedade civil estamos mais preocupados com essa temática do que o próprio gestor, que deveria ser o responsável por esses programas de acolhimentos, mas devido à parceria, parece fazer uma alusão aqui, como na Semana Santa, tipo Pilatos, ou seja, estou pagando, então lavo minhas mãos, largo tudo na sociedade civil. Então, vocês têm que se virar, vocês que trabalham no programa das casas lares, nos abrigos, agora vocês, têm que correr atrás. Então, a gente deveria talvez tencionar mais a secretaria responsável das parcerias para ajudar nas campanhas. Ou seja, a gente vê mais as campanhas, tanto na educação quanto dos serviços, mas nas campanhas políticas que vai mostrar creches novas ou aumento de vagas, mas a questão do acolhimento nunca saiu nada. Às vezes o Ministério Público solta alguma divulgação ali, mas fica muito restrito. Então, talvez tencionar para abrir os olhos também do

outro lado para esse programa. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** Com certeza. É, as maiores divulgações que nós tivemos até hoje, assim, que até deu um boom maior, com maior número de famílias acolhedoras, foi até uma divulgação na RBS, ela fez a reportagem, a chamada de dentro da casa da família acolhedora, enfim, era uma família que acolhia um bebê, também sensibilizou, a gente teve. E quem conseguiu foi o Ministério Público, então essa pauta. Várias outras formas de divulgação a gente tem tentado há bastante tempo, assim, mas é isso, e nos angustia acho que por ser de fato uma OSC, do tamanho da responsabilidade que é de uma política pública, de uma modalidade que há 15 anos é visto como prioritária. Certamente, não é falta de empenho, assim, do que a gente deseja do nosso trabalho, do que a gente vê, mas de fato tem que evoluir muito, assim, muito dentro da parceria e do apoio para isso. Porque quando também nesse evento que teve lá em Gramado, quando se fala: Bom, Porto Alegre é uma capital com 1,5 milhão de habitantes e 9 crianças acolhidas em família acolhedora, assim, falta mesmo e falta maior divulgação. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Eu não tenho, eu cheguei mais tarde, desculpa, eu tinha outro compromisso, mas quantos que nós temos em Porto Alegre acolhidos hoje? **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Eu acho que são 800, arredondando 800 crianças. Casas lares e abrigos. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Tá, em acolhimento, em família acolhedora? **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** Nove em Porto Alegre. São 14 famílias habilitadas e 09 crianças acolhidas. E até trouxe no início também, desse evento lá em Gramado, que trouxeram um panorama do acolhimento nacional e no Rio Grande do Sul. É uma média do Brasil, 6% em família acolhedora e no Rio Grande do Sul isso cai para 4%, e se a gente pensar em Porto Alegre, então nós estamos em 2% ainda. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Agora, a gente tem que ser justo, nós temos um problema. Uma que tem que melhorar a construção do programa para ter talvez recursos. Eu estive na reunião junto, a gente não pode dizer que a FASC que está se omitindo a Secretaria, porque está junto no GT. O que foi colocado um pouco: nós temos que trabalhar com todas as equipes, porque, na verdade, quem vai indicar o perfil e a possibilidade para casar, porque um conselheiro tutelar, nem um juiz vai para o acolhimento, não vai direto para uma família acolhedora, tem que fazer o guia primeiro. Hoje o que tem de dificuldade um pouco, nós temos talvez poucas famílias habilitadas que têm condições de pegar irmãos. A maior parte dos nossos acolhimentos em Porto Alegre são irmãos. Tem casos, chegou há

poucos dias, um caso de 7 irmãos abrigados, imagina como é que tu vai, se o Estatuto prevê que não deva se separar os irmãos. Até a gente discutiu, que em algum momento poderia ter famílias como a instituição acolhe de estarem famílias diferentes, como grupo de irmãos e proporcionar encontros de manter os vínculos e a gente estudar. O João colocou, tem que ter uma remuneração melhor para uma mãe, às vezes são pessoas com mais idade, já que se aposentaram, elas não podem comprometer a sua renda e o custo de uma criança, um adolescente, vamos dizer, imaginar com um salário mínimo, atendendo tudo aquilo que o guia prevê, não dá conta. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** A gente tem a família acolhedora, desculpe Frei, que mora na Rubem Berta e a sede então do serviço é na Vila Nova e aí todas as semanas, ela não tem carro, é uma senhora, ela se desloca de Uber, de aplicativo de lá até a sede. Então, só pensando em questão de transporte, quando se gasta mais os custos com uma criança pequena, com um bebê. Mas eu acho que só respondendo para o Paulinho. É isso, através, o ingresso é através do Núcleo de Acolhimentos da FASC, através da avaliação, a não ser que sejam bebês, também passa pelo núcleo, mas mais na demanda da vaga mesmo. E quando é uma criança que está acolhida em outra modalidade de acolhimento, pela avaliação técnica daquela equipe. Amanhã, por exemplo, nós temos o ingresso de uma criança de 3 anos que está no R7 e vai ser transferido para família acolhedora. Em Santo Ângelo, que eles estão muito evoluídos já há 15 anos lá, e muito estabilizados e organizados, dá para se dizer, com mais de uma equipe, são várias equipes técnicas que eles têm, o Conselho Tutelar, os acolhimentos emergenciais já são feitos diretamente para família acolhedora. Então, tem sempre uma equipe de plantão, bom, tem um acolhimento para ser feito, existe uma equipe de plantão, o Conselho vai acessar, aquela equipe vai apontar qual é a família que está em condições de acolher aquela criança e já é feito direto, que a gente também entende que é um avanço bem importante para a criança. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Vocês vêem assim, só o que foi falado é enorme, no Brasil nós temos 35.000 crianças e adolescentes acolhidos. No Estado do Rio Grande do Sul são 3.900 crianças acolhidas. Na proporcionalidade a gente está em terceiro, mas São Paulo em primeiro, Minas em segundo e o Rio Grande do Sul em terceiro, mas olha a população de São Paulo e de Minas. Em Porto Alegre 800 acolhidas. Então, é um volume muito alto, a gente precisa ter esses dados justamente para que as políticas sejam efetivadas, inclusive no tempo de acolhimento, na proporcionalidade do grupo de irmãos e nessas proporcionalidades de adoção. Às vezes as pessoas manifestam, é essa relação da

adoção com a família acolhedora. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** Sim, confunde. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Exato, por isso a importância de ter uma equipe técnica, eu acho que vocês têm uma equipe técnica muito boa, para construir e acompanhar também essa família nessa perspectiva. Mas vejam esses dados, esses dados eles são importantes para nós. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Só aquilo que a gente está falando da política de convivência familiar e comunitária, porque no fim tudo é um sintoma, que é proteger a família que deve proteger. Tem outro lado dessa questão dos bebês, por exemplo, as famílias ou aquela mãe que está no uso abusivo e tudo, muitos profissionais também que acompanham aquela família consideram que se a gente tivesse mais condições de investir naquela mãe, não necessariamente porque ela está fazendo um uso abusivo naquele momento, não significa que depois ela não vai conseguir maternar. Então, muitas vezes do hospital mesmo já encaminha. E muitos profissionais que estão acompanhando aquela família vêem que está tendo ali uma violação também de direitos, principalmente o pessoal do Ação Rua, que traz isso muito, assim, traz bastante. Então, tem essa questão de fortalecer essa política municipal da convivência familiar e comunitária, de envolver todos os segmentos, de fortalecer a capacidade protetiva dessas pessoas, das famílias, dessas mulheres e, principalmente, dessas mulheres. E aí, envolve, sim, essa responsabilidade da questão da saúde, porque isso é questão de saúde, não é uma questão moralista, o uso abusivo é uma questão de saúde. Tem usos abusivos bem aceitos socialmente. Então, também pensar que tudo o que a gente conversa sobre a questão do acolhimento, a gente está falando de uma falta que está tendo que é o investimento nessa família. E não vai mudar se a gente não investir nas famílias ou, pelo menos, nas pessoas, em especial nas mulheres. Hoje tem uma política de cuidados que está iniciando que a gente tem que trazer em qualquer momento que a gente for discutir a questão do acolhimento. É política de cuidados, é política de fortalecimento das famílias. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria: ,**É e quando se pensa, quando se pensa e fala especificamente do acolhimento, porque isso é uma medida protetiva para aquela criança, para o bebê, mas também é uma ruptura de um vínculo, é uma violência também. Então, tem os dois lados que contemplam, mas de que seja assegurado para ele, de fato, que nesse momento seja com esse cuidado singular, individualizado. E o que a gente percebe também das mães, primeiro, quando a criança é acolhida, nós fazemos primeiro um atendimento para que ela possa compreender, porque a ideia que passa: "Meu filho está numa família, ele foi adotado".

E não, não é isso, que ela possa compreender que o filho dela vai ser muito bem cuidado, ter esse olhar, ter esse colo, esse afeto. E em muitos casos, assim, também quando nos momentos de visita, lá elas conhecem as famílias acolhedoras, tem uma integração também. Eu acho que isso, de alguma forma tranquiliza um pouco essas mães de poderem seguir, aí, enfim, do que é proposto enquanto um plano de trabalho com ela. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** As famílias, elas podem visitar as crianças? **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** Sim. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** É como se fosse um acolhimento. Não é uma ruptura. O que eu acho que é importante, Patrícia, e aí aproveito para colocar, a gente discutiu essa temática no ano passado, o que também se fez pelas análises que a Secretaria de Saúde tem: havia um índice muito elevado de óbitos pós-nascimento de mães usuárias. O que eu quero dizer, e já tenho situado aqui nesse pré-diagnóstico da cidade, nós temos que ter mais investimento na política da rede básica. Nós hoje temos várias crianças no serviço de convivência que estão no limite. Só que a gente tem tão pouco recurso para proteger aquela infância e apoiar a família. Ontem nós estávamos discutindo lá no CPCA, tem um caso de um menino de 11 anos. Agora, nós tentamos tudo, já tentamos com o Conselho Tutelar, não temos mais recurso. É o problema de saúde mental. Ele pede, está esperando há 2 anos atendimento no psicólogo que foi orientado para fazer, a família buscar, mas não consegue o serviço. E a família acaba ficando negligente, porque ela não consegue mais lidar, a escola não lida, o serviço de convivência não consegue dar conta, o abrigo vai ser uma penalização para essa criança, porque o Estado não conseguiu e a sociedade ser protetiva e vai ter que ir num espaço de proteção, onde ali vai ter acesso, que o promotor de justiça que fiscaliza, vai ver se tem o atendimento e até vai conseguir, porque aí já tem uma rede maior, mas aquela criança precisou ir para o abrigo para ter os atendimentos que deveria ter dentro da comunidade. Um pouco esse perverso na política. E tem acontecido muitas vezes. Um custo que nunca a gente vai poder reparar. Vocês imaginam, quem passa num acolhimento, tem o relato também das juízas que trabalham na Vara de Família, a separação, os desesperos que é lá no Fórum Central, quando, às vezes, vai para acolhimento, uma coisa indescritível. Quando também a gente que acompanha as visitas. O João pode dizer o que são as crianças agarradas ali à expectativa quando, às vezes, não dá, porque a família é pobre, às vezes até tem dificuldade de acessar a visita lá no abrigo. Pede uma visita, as dores que a equipe tem que aguentar de uma criança que tem a expectativa, às vezes, a visita e alguém que está bem pobre, você sabe o que

é se deslocar, atravessar a cidade, você perdeu. E já tem uma limitação de visitas. E toda criança que perguntar, ela quer voltar para casa, pode ser a mais pobre, a mais frágil, o desejo dela é sempre estar com a família, ter os vínculos, afetos, que a gente não tem como medir. Por isso que é importante ter um olhar técnico muito qualificado. Eu acho que nós violentamos muitas crianças psicologicamente, um dano. E a cidade que abriga tanto, 800. Assim, o João colocou bem a realidade nacional. Nós temos uma cultura aqui que é preconceituosa, que, às vezes, até na formação técnica e de olhares, tem muitos olhares, muito distante da realidade das famílias, nas suas organizações. Tem vários técnicos que podem dizer se não é uma verdade. É na rede básica que a gente luta e peleia. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Primeiro, parabéns pela iniciativa e essa proposta da família acolhedora, trazendo para a rede essa conversa novamente. Apesar de que a gente teve o plano municipal, teve todas essas questões e acho bem importante a gente colocar em voga novamente. Tem algumas questões que foram trazidas pelos conselheiros, uma delas é a questão do acolhimento de irmãos, que é uma coisa que a gente não traz para a roda muitas vezes e que a dinâmica, tanto das casas lares, aí o João pode falar melhor do que eu, com uma família numerosa, às vezes a gente tem 5, 6 irmãos dentro de uma casa lar e que a dinâmica, ela acaba sendo uma dinâmica de reprodução do que aconteceu em casa e que isso dificulta muitas vezes o trabalho deles nos locais. E daí, tu trabalhar com a questão da família acolhedora numa outra lógica, que essa lógica é eu enquanto ser individual, que nesse momento a gente está trabalhando mais com os conceitos da primeira infância. Mas acho que o nosso grande desafio é o quê? É a gente publicizar esses dados de acolhimento que foram trazidos pelo João, esses dados de acolhimento que a gente tem, quais da primeira infância, segunda infância, adolescência, né? A família acolhedora, qual é o papel dessa família acolhedora? É o quê? É tentar estruturar para que a família de origem consiga receber novamente essa criança ou passar para a Vara de Família para poder ser destituído o poder familiar. Acho que a gente tem um grande desafio enquanto rede, porque a gente sabe que a maioria das crianças que estão no acolhimento, ainda tem essa questão da destituição do pátrio poder, né? Acho que a gente tem, ainda, tecidos frágeis nesse sentido, mesmo com todos os esforços que se tem, tem que se discutir mais, tem que se publicizar, não só a questão da família acolhedora, mas como um todo. A questão das casas lares, a questão do apadrinhamento afetivo, a questão da família. Acho que temos esse desafio enquanto cidade, porque a gente fala muito em: "Ah, essa política é nova". Essa política não é nova, está dentro dos planos nacionais, é uma proposta metodológica com

excelência, é isso que a gente tem que primar e publicizar isso. E para isso, eu acho que muito dentro da fala que o Frei Luciano traz, a gente vai ter que investir, talvez, até mesmo em fundo, Carol, Paulinho e conselheiros, tanto para a questão dos valores para as famílias quanto para a questão da publicidade. Porque, assim, talvez essa seja uma alternativa para poder tirar da invisibilidade esse tema. Então, a minha sugestão é essa: que a gente, enquanto Conselho enfrente junto com o gestor, porque não sei quem falou aí, enquanto gestão municipal pode ser que tenha recursos mínimos. Mas quantas vezes se fez projetos pilotos, né, Frei, Carol? E que a gente possa estar trabalhando um pouco na questão, tanto de comunicação, uma comunicação efetiva, fazer seminários com esse tema, que talvez seja o nosso grande desafio, que a gente não tem feito grandes temáticas. Essa é uma temática, que se a gente está com 800 crianças acolhidas em Porto Alegre, esse é o problema. E dentro do quê? De uma lógica moralista e preconceituosa. Eu acho que foi falado por todos, tanto pela Patrícia, como a Sônia tem trazido algumas coisas, e o Frei mesmo tem falado, porque se a gente tem uma execução de política básica que não dá conta de algumas coisas, onde é que vai repercutir? Vai repercutir na média e na alta complexidade, com certeza. Então, a gente já tem falado muito no Conselho, talvez esse seja o nosso desafio, nem que seja, foi um pouco maravilhoso lá em Gramado, vamos fazer esse encontro aqui, vamos trazer especialistas, vamos trazer o pessoal lá do Paraná para poder conversar, para poder falar um pouco sobre a prática. Vamos discutir sobre as casas lares, os limites que é. O Frei Luciano e o João tem o tempo todo falam do pincel na mão que é para ter um acolhimento qualificado, imagina dentro de uma casa que tem toda uma discussão de PIA com uma família que está fazendo uma questão honrosa, mas que também não tem obrigação de fazer aquilo sozinha. Então, enquanto cidade, eu acho que a gente está precisando discutir o tema dessa violação grave que é o acolhimento. E o acolhimento passando para as alternativas, uma delas é a família acolhedora. Apadrinhamento afetivo também é uma coisa que a gente quase não fala mais, e quem trabalhou em acolhimento sabe os desafios cotidianos. Eu tive uma experiência que foi breve, mas foi muito boa, sabe, tipo assim, "Meu Deus!", hoje em dia eu digo assim: "Eu levei pra vida". E muitas vezes o Juizado, ele acaba manifestando as coisas, os seus desejos, mas não sabe como é que se constitui a rede para colocar em prática tudo que se precisa para o atendimento das crianças. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** E às vezes os seus desejos são meio confusos, deseja em um dia, no outro dia não. A gente teve um exemplo de um bebê que estava acolhido conosco. Foi acolhido recém-nascido. O núcleo nos pediu, ele já

tinha um irmão acolhido na SOS de 1 ano e 3 meses, e o núcleo nos solicitou vaga porque a SOS não tinha vagas e a gente já esclareceu: "Olha, essa família, ela já acolheu antes, mas é uma mulher sozinha, ela tem um filho adolescente, ela não tem condições de acolher o outro, caso se determine". Então, eles responderam, porque é isso, assim, as respostas variam. O núcleo respondeu, então, que o acolhimento seria numa família acolhedora e que quando surgisse vaga na SOS que a criança seria transferida. Aí o Juizado fez o quê? Respondeu de forma bem enfática no cumpra-se deles, que isso é uma questão de avaliação técnica, a questão de transferência, de juntar os irmãos, é uma questão de avaliação técnica e com autorização judicial. Na semana seguinte, tivemos audiências concentradas, pautamos, obviamente, o caso e a juíza disse: "Ah, mas eu não entendo, são irmãos, tenha que ficar juntos. Assim. E o que a senhora pensa?". Para a promotora: "Aí, o que a senhora pensa, doutora?". "Ah, não, também acho que não". Ficou. Na semana seguinte, já mudou. "Então, não, os irmãos têm que ficar juntos, têm que ser transferidos". Então, é difícil até trabalhar com a família acolhedora, no sentido, a gente sempre trabalha com o menor tempo possível, mas até dentro de uma organização, assim, o que se define mesmo, né? É o que está no estatuto, é o entendimento de quem está no momento e é bem complexo. Mas até muito eu acho que encontro do que trouxe, assim, da fomentação, acho que o João também não tinha chegado, que no ano passado teve, então, uma recomendação conjunta do Conselho Nacional de Justiça com vários signatários, enfim, que assinaram, inclusive o CONANDA, que fala muito nisso, né? Do fomento para, para questão de divulgação do serviço dos Conselhos Municipais. Eu trouxe até algumas cópias, mas, enfim, tem também na versão virtual também para compartilhar. Mas acho que a gente tem que discutir muito mesmo assim, do que se trata, para poder ampliar fato. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** E eu tenho, acho que é um ranço, né, que se tem, a gente fala muito em política e no bem sentido que o João está falando, a gente fala muito de dados. Mas a gente não fala em monitoramento e avaliação desses dados. Então, acho que isso está faltando gestão nesses processos. Porque até nós que fizemos o diagnóstico agora, né, Carol, que está sendo concluído, o que acontece? A gente viu que, na verdade, há vários dados desencontrados, que talvez um dos desafios seja isso também, encontrar esses dados e ver, avaliar para onde se vai a partir desses dados, que essa é a proposta do Conselho Municipal com a relação ao diagnóstico. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Só um encaminhamento, a nossa previsão era de 1h, e a equipe tem um pedido, que também foi pedido junto com a promotoria. Uma das tarefas do Conselho

é fazer campanhas de divulgação, porque a gente acha que precisa. Talvez, até para largar o perfil das famílias, para poder a gente com as equipes técnicas adequar, porque hoje tem uma família, uma queixa que a promotora fez: como é que faz? Quando se descobriu que tinha uma família esperando, no momento, uma criança. Mas daí conseguiram? **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** Essa que vai... É outra. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Em todos os casos, a gente vai ter que fazer dois movimentos: melhorar o projeto, mas a campanha já pode acontecer. Como também, uma sugestão da Sílvia Tejadas, que esteve assessorando lá o nosso acolhimento institucional, de a gente discutir, Porto Alegre poderia desenvolver a guarda subsidiada, que é a situação da família extensa, às vezes, uma avó, no caso dessas mães que têm uso de substância psicoativa. A gente já tem um estudo sociofamiliar anterior, a família é muito pobre, mas, com uma ajuda, ainda permaneceria o vínculo familiar, uma família extensa, que também seria uma solução muito importante. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E na região também. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Eu fiquei pensando, e até eu disse para a Denise para vir junto hoje aqui para participar, porque a Saúde conhece muito essas pessoas, tanto de antes do nascimento de muitas dessas crianças, quanto no seguimento do acompanhamento. E ela conhece bastante o território. E também famílias que podem ser potenciais, pode ser potencialmente estimuladas, porque as famílias que têm vínculo com a unidade de saúde, elas frequentam a unidade de saúde. Então, eu pensei, eu e a Denise, a gente estava pensando que algumas ações poderiam estimular famílias a se colocarem como famílias acolhedoras. O jeito que essa informação chega é fundamental, além de plantar a sementinha, estimular isso nos grupos, nas consultas, nas salas de espera, nos acolhimentos, porque dentro de um consultório, muitas vezes, a gente ouve muita coisa. E daqui a pouco, quem sabe faz isso, porque quantas vezes a gente já faz o acolhimento das questões da entrega responsável, da questão da interrupção legal da gestação? E, muitas vezes, surgem essas questões, que também podem ajudar as famílias a se colocarem como famílias acolhedoras. Aí, eu fiquei pensando como que essa informação pode chegar de forma mais clara, mais facilitada, como fazer: "Ah, se eu quisesse, o que eu faço?" Porque, às vezes, eles chegam na recepção da unidade, eles têm essa vontade, mas, via de regra, a unidade não sabe: "Ah, eu não sei como fazer isso, eu acho que só tem que procurar a FASC". E aí a gente perde a oportunidade de ter, à mão, informações que abrem caminhos. E eu falo isso por outras demandas também que

envolvem crianças. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** Uma das sugestões, até, dessa nova promotora, que agora é nova, já está saindo novamente, a Doutora Maria Alice, ela veio de Sapucaia do Sul, onde ela ajudou também a implantar o serviço, então ela tem uma propriedade, isso nos encheu, assim, de esperança, mas já está saindo, porque a titular pediu de volta o lugar dela. Mas ela deu como sugestão que eles fazem lá, é também, e aí a gente ter recursos para isso, assim, de mais material de divulgação, de talvez ela disse: "Ah, eu levei meu filho para essas vacinas de adolescente e aí eu vejo que, às vezes, nos postos, têm tantos cartazes, tantas coisas." Então, talvez é isso, a gente ter material para divulgar mesmo nos postos, nas escolas, talvez, de ter. O nosso desejo também é fazer mais um corpo a corpo mesmo na divulgação, até dentro das comunidades, para poder atingir, porque hoje as nossas divulgações são muito através das redes, que contempla, mas, por outro lado, talvez famílias mais comunitárias mesmo não acessem tanto. A gente tem essa família que está no oitavo acolhimento, que é uma senhora, assim, é bem da era analógica, ela viu acho que foi uma reportagem que saiu no Fantástico, mas era um serviço lá de São Paulo, e aí ela ficou muito interessada. Felizmente, ela morava junto com a filha dela, e a filha dela foi procurar na internet e conseguiu nos acessar, mas ela, por si só, certamente não conseguiria. Então, a gente tem que estar nesses espaços que essas famílias também circulem. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Exatamente, em todos os espaços: em grupos de idosos, em grupos comunitários, enfim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É audacioso, aqueles 25%, mas eu acho que é bem possível, principalmente, se a gente pensar nas famílias extensas, se a gente pensar em maior divulgação. Já anotei aqui, porque a gente precisa, acho que fazer algumas campanhas, na verdade, de divulgação dos nossos serviços. Como as instituições fazem serviços de ponta, e aí vem a fala que o Paulinho fez, de que muitas vezes a gente está em parceria ou até mais do que a própria Prefeitura, mas a gente, mas nós estamos fazendo um serviço que não é olhado, que não é visto, que não é divulgado, literalmente. E aí isso vale para todos os serviços que a gente faz com as instituições. Aí, eu anotei para a gente poder pensar em algumas campanhas permanentes de divulgação, para que a gente tenha sempre essas campanhas, para a gente poder articular algumas questões em todas as formas, desde a mídia, a papel no posto de saúde. Tá? É isso aí. Mais alguma questão, pessoal? **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** E quem faria esse material? E quais seriam os recursos? De onde viriam os recursos para a gente fazer esse

material? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O CMDCA tem, até por lei, ele tem por obrigação fazer, a gente já aprovou. A Sônia podia dizer qual o caminho mais fácil, aproveitando já os registros. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Tem um registro de preço de material gráfico. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** E a gente tem quem faça ou a gente tem que fazer? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Nós, aqui em Conselho, a gente delibera um valor e encaminha para a secretaria, e a secretaria vai fazer. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Inclusive, para fazer o diagramador, a gente pensa no texto... **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, é o que está lá no registro, ó, tem, sei lá, folder. O tamanho tal e tal. O que vai no material é a produção nossa. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Eu acho que a gente tem que tirar um grupo aqui de algumas pessoas, Carol. Eu acho que a gente tem que pegar algumas pessoas que se identificam com a pauta e começar a pensar, subsidiado com essa expertise e pelo judiciário, de colocar nesse material e começar a divulgar. Eu me proponho a divulgar na nossa... **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** A gente, na verdade, já tem uma cartilha pronta. A arte, aí tem que ver o que contemplaria a arte, o que foi dessa emenda parlamentar do ano passado que a gente conseguiu, que fez o seminário, então conseguimos também algumas cartilhas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Sônia, só para colocar: nós estávamos com o Carlos, a Rose e a Fernanda para terminar de construir o projeto, não só EVESCA, mas de todas as nossas campanhas de divulgação. E aí, agora, só tem que ver com o Carlos como é que ficou o projeto para a gente poder passar aqui e, aí a gente conseguir já incluir, porque eu acho que é só mesmo incluir, porque a proposta é fazer a partir deste projeto campanhas regulares, os materiais. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** Já tem material, seria só se fazer mais. É a arte, o digital a gente já tem pronto, que foi usada no ano passado, dentro desse seminário, dessa emenda parlamentar, a gente conseguiu um valor, que era um valor bom, foi montado todo seminário, as camisetas que a gente usa, enfim, também foi fornecida para as famílias acolhedoras, e cartilhas que foram impressas. Então, a arte, a rede já tem pronta também, que poderia aproveitar ela. A gente tem a cartilha digital também, eu posso compartilhar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá bem,

muito obrigada. **Solange, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Calábria:** Agradeço muito o espaço, fico muito à disposição também. Saber que a gente pode contar aí com o Conselho para criar essa política mesmo. Valeu! Obrigada. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Podemos ir para as comissões? Depois eu tenho outro assunto. Então, quem pode ser primeira?

2. COMISSÕES: COMISSÃO EXECUTIVA, COMISSÃO DE REGISTROS, COMISSÃO DE POLÍTICAS E COMISSÃO DE FINANÇAS;

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários: Processo 23.0.00007208-1, **ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS**. O projeto é o AHMI Bebê 2. Então, a OSC encaminhou um ofício, que é o documento 33219920, solicitando a transferência de recursos do projeto: Investimento em equipamentos hospitalares permanentes para acolhimento e assistência às crianças e adolescentes do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, 100% SUS, no valor de R$ 144.957,92, para o projeto AHMI Bebê 2. Não há alteração no objetivo principal do projeto, pois ambos têm como finalidade garantir o atendimento integral às crianças, reforçando o cuidado, a equidade e o suporte à saúde. Então, o encaminhamento da comissão, após a análise do ofício e conferirmos também o extrato enviado, que é o documento anexado 33219916, a Comissão de Finanças é de **PARECER FAVORÁVEL** à solicitação da OSC de transferência de recursos do projeto: Investindo em equipamentos hospitalares para o projeto AHMI Bebê 2, no valor de R$ 144.957,92. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Alguma dúvida? Não? Podemos colocar em votação, então? Por favor, levantar a mão quem é favorável. OK, aprovado por unanimidade. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER FAVORÁVEL À TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS**. Outro? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Só esse aí. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Comissão de Políticas?

- PARECER TÉCNICO DE ORIENTAÇÃO:

Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel: Só tem um manifesto ali. Eu queria só fazer uma leitura do que está passando, que se chama “parecer técnico de orientação”, aqui do recurso público. Item 2.4, que ressalta a celebração das funções entre a

administração pública e os conselhos, monitoramento de parceria custeada pelos fundos específicos. Na parte que fala sobre prestação de contas, é uma dúvida que eu tenho. Ele fala na prestação de contas, que a OSC, é o recurso do fundo, que a OSC tem que realizar lançamentos mensais no sistema de gestão da parceria para ao final emitir os relatórios de fechamento da prestação. Então, eu queria entender, porque isso amplia, na verdade, uma obrigação legal, que teoricamente na 13019, ela não é necessária, o mensal. Normalmente é necessário você, ainda mais para fundos especiais como esse, né? Então, você lança, executa o trabalho, foca nos resultados e depois você tem "x" dias, 90 dias, para a prestação de contas. Só que aqui fala do dever de realizar os lançamentos mensais. Isso está em outro lugar, isso aqui está embasado nisso? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, está na 19.775, baseado na 13.019... **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** A 13.019 não fala sobre isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, não, é que a 13.019 fala do período, por período. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Sim. Você tem um período, você pode ser trimestral, semestral, anual. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Isso, o manual. Mas a 19.775, quando foi feito lá em 19, acho que foi 19 ali, foi feito pensando na questão mensal. Agora nós estamos, Conselho e tudo mais, o Fórum e tudo mais, estão revendo isso junto com a Prefeitura. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** É, mas isso é novo e é do fundo, por exemplo, ação continuada, como uma parceria, sei lá, de serviço de convivência ou escola infantil, até o pessoal tem uma justificativa, até está fora também da lei. Não precisaria, mas tem uma justificativa. Agora, o fundo que você recebe é como uma emenda parlamentar, tu recebe, tu faz a execução e depois tu faz a prestação de contas. Teoricamente, a instituição poderia dizer que isso não está de acordo e é uma ampliação de uma obrigação legal que não tem necessidade. Aí eu fiquei pensando: a gente vai botar isso nos editais, que a instituição ela é obrigada a ficar fazendo os lançamentos mensais? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Hoje ela já é. Hoje, e aí me corrijam quem está recebendo na Resolução 100. Hoje, a Resolução 100, que é a captação de recurso, quem recebe tem que fazer o lançamento mensal. Hoje já está acontecendo. Lançamento mensal, a prestação de contas. **João Batista Machado da Rocha,**

Fundação O Pão dos Pobres: Mas se ela fizer a parte da programada... **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Isso sim. Conforme a programação. Mas conforme a programação, não obrigatoriamente mensal. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas eu gastei, eu lanço. Se eu não gastei, não tenho o que lançar. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Não, você pode fazer no final. Entendeu? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, eu entendi, só que hoje, é isso que eu estou dizendo e aí me corrijam, na Resolução 100, se eu fiz a programação para gastar no mês 1, mês 2, mês 3, mês 4. Aí eu gastei no mês 1, eu tenho o mês 2 para lançar. Eu gastei no mês 2, eu tenho o mês 3 para lançar. Não é assim? **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Conforme a programação, conforme as parcelas. Mas não necessariamente tem que ser mensal. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Mas na prática é assim, a gente tem a opção de ser parcelas de 30 dias ou parcelas de 60 dias. Até onde a informação que eu tenho, a grande maioria das instituições têm parcelas de 30 dias. Então, para receber a próxima parcela a gente faz o lançamento do mês anterior de todas as despesas no sistema SGP. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Mas porque a instituição pediu assim. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Isso. Sim, mas é que o fundo, o nosso fundo, ele tem essas duas modalidades, ou 30, ou 60. A grande maioria das instituições pede 30, até onde eu sei. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Para pagamento de folhas, provavelmente seria. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Acho que o que a Patrícia quer dizer, o que a gente conversou de manhã, como é agora da RMA - Relatório de Monitoramento e Avaliação; o que a Patrícia quer trazer é assim, como é da rapa do tacho esse recurso que a gente tinha, chamava desse jeitinho, né, ela quer dizer o seguinte: eu tenho 90 dias para prestar contas para a Prefeitura. Então, se eu comprei lá a geladeira, não sei o quê, eu não tenho que comprar a geladeira no mês, não sei mais o quê no outro mês, entendeu? É isso que ela está dizendo. Eu vou, dentro desses 90 dias, prestar contas e deu, é isso. E não que eu tenha que gastar mensalmente, é isso que ela quis trazer e aí a gente conversou com o Luís e dissemos que a gente ia primeiro saber aqui e depois conversar com o pessoal da finança. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** A questão é só a gente não ficar ampliando obrigações legais para as instituições, sendo que a gente tem uma lei

que fundamenta, que é monitoramento e avaliação *in loco*, com parceiro, com o gestor da parceria. Outra coisa é ver o resultado, ver se o trabalho está sendo feito. Agora, essa questão do gasto, a gente tem uma lei que não especifica isso e tem uma indicação, a lei indica o quê? De se fazer uma prática que não amplia obrigações, mas que facilite. É nesse sentido. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá, eu te entendi agora. É, eu não tinha entendido, porque na questão bem na no prazo de 90 dias para gastar e não sei quantos para prestar contas, nessa linha realmente é, porque eu tinha pego só a questão da Resolução 100 propriamente. Tem que ver, na verdade, o embasamento, daí eu já não sei te dizer. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Tá, tudo bem. É que eu vi, falei, não deve ser mensal, isso pode gerar algum tipo de... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, daí eu não sei dizer qual seria o embasamento.

- INFORMES/RETORNOS:

Mas aproveitando para falar sobre esse processo aqui, nós teríamos uma reunião dia 10 de abril e eu acabei esquecendo da reunião. Ela era uma reunião online e eu acabei esquecendo. Olha, para eu esquecer de reunião é difícil, mas OK. E, quando vocês verem no processo SEI, está como CMDCA ausente, tá? Porque eu não lembrei. Mas o que é esse processo, esse formulário? Há algum tempo já, a Secretaria/FUNCRIANÇA entende de que não é interessante o Conselho estar junto fazendo monitoramento e a avaliação junto com o FUNCRIANÇA. Então, porque tem um outro olhar, porque tem um outro olhar completamente diferente do olhar em que eles querem trazer para este momento. E também pensando, que como está no texto todo, nós temos por obrigação, direito e dever, o acompanhamento no todo do projeto, no todo do processo, antes da carta, durante a carta, depois da carta, depois e depois da carta. Então, a gente tem este processo independente de qualquer carta até de captação. Então, o Conselho tem esse papel de monitoramento também. Então, foi feito, e aí na semana passada, acho que a gente estava conversando qual era o modelo da RTM, que agora tem este modelo de RMA, que ele está sendo sugerido pela Secretaria/FUNCRIANÇA e para que nós possamos estar como mínimo preenchendo, né? Podem ser acrescentadas várias questões ali, e isso serve como mínimo a algumas questões que já estão ali. Aqui, por exemplo, tem a solicitação de recurso, carta captação, aí tem as descrições, somatória das atividades, as metas, se o Conselho viu a execução. O espaço foi

encontrado limpo, organizado, se teve exigências da legalidade da sociedade. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Na sétima tem uma observação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tá. A OSC possui alvará de prevenção e funcionamento. Se a OSC possui algum cadastro de referência. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Na verdade, não seria a OSC, o serviço prestado pela OSC na política de assistência que tem que possuir um cadastro de referência. E se for a educação, que não estiver vinculada, não é a OSC que possui um cadastro de referência, é o serviço da assistência que possui um cadastro de referência. E se vai botar política de assistência, não teria teoricamente que botar as outras políticas? Esse aí não está se referindo a todas as políticas da infância do Município? Então, eu achei que ou teria que botar todas, qual política e dentro da política do serviço se tem. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas esse não é do projeto executado por aquela OSC? Ela não está se referindo a este projeto que foi? Eu entendo a tua posição, mas talvez elas colocaram de uma forma, porque tu está só analisando aquele projeto, daquela OSC. O projeto era esse do hospital que a Priscila acabou de ler, por exemplo, entendeu? Essa organização, ela possui algum cadastro ali? Não vai influenciar todas as políticas? Acho que é isso que a secretaria deve ter pensado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Lembrando que este formulário, ele é para os dois Conselhos, então ele é COMUI e nós. Por exemplo, se colocar alguma questão, digamos, Conselho Tutelar: criança e adolescente. Se eu for colocar CRAS, abrange todas as faixas etárias. Então, talvez a gente tenha alguma coisa... [Falas concomitantes]. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** É, porque não é a OSC que tem termo de referência, é o serviço que tem o termo de referência. É preciosismo, mas isso aí para a gente é muito importante. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Porque tu está avaliando aquele projeto. É aquele projeto. O projeto era compra de um veículo, sei lá, o projeto era este. Ele comprou assim... [Falas concomitantes]. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Mas por que o termo de referência? Então, por que não é a inscrição do CMAS? Tu entende? Isso que eu não estou entendendo. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** É aí a inscrição, ela é anterior à apresentação do projeto e no momento do monitoramento. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Ontem eu tive conhecimento deste documento no

COMUI. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Se for botar alguma coisa, tem que ser o serviço, se está vinculado. Aí, se, por exemplo, for para educação infantil, que não tiver identificação. Aí o serviço, a OSC, porque a OSC em si não tem CRAS de referência. A OSC não tem, quem tem é o serviço que a OSC possa ter parceria. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Pode trocar por serviço no projeto. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Se quiser deixar política de assistência aí para ter termo, teria que ser o serviço prestado pela OSC que possui o termo de referência. Agora vai faltar, então, as outras políticas, a educação, a saúde. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** A pergunta é: o objetivo do formulário em si é fazer o monitoramento do projeto e nós conselheiros que vamos fazer a visita. O que faremos com essas respostas? Porque, assim, se a gente está monitorando o projeto em si, esta pergunta, ela vai fazer alguma diferença? Então, a gente precisa fazer? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É o que foi dito. O que eu entendi: é o monitoramento daquele projeto que foi aprovado naquela resolução, se executou, se sim ou não. É isto! Agora, essas perguntas, eu não sei. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Para nós, então, pode suprimir. Houve alguma denúncia de irregularidade? Quantos resultados esperados? As metas foram atingidas? Há possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado? Considerando os resultados obtidos em razão da execução do objeto, considerando os indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho, teve os impactos sociais e econômicos previstos? Aí, o parecer e a conclusão, que aí ao gestor da parceria, um relato que o Conselho opina, ou quem fez a visita, que daí já tem, se cumpriu, não cumpriu, cumpriu parcialmente, totalmente. A OSC vem buscando adequar as exigências do órgão. E aí mais ou menos nessa linha todas as demais aí. Alguma outra questão que vocês tenham discutido que possa ser incluído? **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** O encaminhamento que a gente tem que fazer para executar esse formulário, a gente vai fazer visita, ver como que vai ser essa logística para essas visitas acontecerem. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Alguma coisa a mais para incluir? Então, só suprimir ali. Mas penso assim, a questão das visitas, nós temos uma Comissão de Monitoramento, ela está entre as três comissões já. E o que eu fiz a proposta, acho que foi na

semana passada, é de que junto com a Comissão de Registros nós possamos já aproveitar e incluir em cada visita ao menos uma instituição para o monitoramento. Então, digamos, a gente vai fazer duas visitas de registro e uma de monitoramento, que daí a gente consegue ter um percentual interessante, vamos dizer assim. Já coloquei a listagem das instituições que temos que fazer as visitas no grupo. São bastantes instituições e a gente tem que ir organizando, conforme vai ser o nosso roteiro, vamos dizer assim. Acho que dá para ser assim. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Para as visitas acontecerem, a gente tem um prazo? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não necessariamente. Tem alguns, por exemplo, que como chegou aquele RTM da semana passada, nós tínhamos um prazo para resposta. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Dois tinham prazo até dia 31. A gente acabou fazendo um despacho, para tomar conhecimento, colocar no arquivo que a gente leu e encaminhar. Para não ficar ali, porque senão ia fechar e a gente não ia responder. [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas eu acho que é bem isso, assim. Em princípio, a gente não tem este prazo. Nós temos um prazo de dois anos da carta, mais ou menos, vamos dizer assim. Mas, lá na planilha, tem o prazo de vigência e aí dá para a gente também ir por ali, mais ou menos o que dá para a gente fazer a visita. Três visitas, duas a três visitas por semana. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A minha pergunta, assim, ali eu entendi que esse monitoramento é em relação àquele projeto. Quantas visitas mínimas? Isso não está ali. Aí, então, aqui o Conselho pode definir que vai fazer uma no final? Pode fazer duas? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Pode. É isso, isso que eu falei lá no início. O Conselho, ele tem que fazer visitas independentes até do projeto. Ele pode fazer, para o projeto ele pode fazer quantas ele quiser. Ele pode fazer lá no momento da inscrição, da escrita dos projetos, ele pode fazer depois em execução. Ele pode fazer. O ideal é que faça antes de terminar a parte de documentação aqui dentro do volume da secretaria. É o ideal. Que é mais ou menos uns dois, três anos de duração, vamos dizer assim. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Teria que ser semestral. Se fizer semestral vai dar quatro visitas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**

– Caimc (Topogigio) – Presidente: É, mas eu acho que a gente colocar uma quantidade é complicado. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, não. Eu não estou dizendo em fixar, mas para vocês se organizarem, para a comissão vai ter que ter. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Acho que talvez agora que a gente tem uma planilha grande, para dar conta do que já passou... **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas é para frente. Eu acho que tem que organizar. Porque antes era o RTMA 5, que vocês não faziam visitas. Em tese, vocês iriam dentro do que faziam, em tese iriam de acordo com os pareceres. Então, eu acho que tem que fazer um pré-termo de referência. Isso é o que eu penso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas, ali nessa planilha, nós temos, por exemplo, assim, projetos em execução, projetos que já concluíram a captação, vamos dizer assim, estão terminando e projetos que vão iniciando. Então, a gente vai ter em todas as fases. Se a gente pegar os projetos que estão concluindo, ou que estão fechando, acho que a gente consegue fazer as visitas e aí depois a gente vai pegando os demais. Porque, se a gente calcular que são dois anos de captação, mais um ano, mais ou menos... **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** De cada três anos. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** OK. Pode ser, então, dessa forma? Junto com a Comissão de Registros a gente inclui uma de Monitoramento. Pode ser? Comissão de Registros não foi ainda.

- COMISSÃO DE REGISTROS:

Francyne da Rosa, CEMME: Eu tinha solicitado para a Larissa três visitas para a semana que vem. Então, eu posso tirar uma das três e colocar um de monitoramento. Daí eu vou ver ali os endereços para ver qual que é mais perto e ver também essa questão ali das legendas, para a gente já iniciar isso. Eu vi alguns endereços aqui. Então, Processo SEI 24.0.000082117-6, organização é a **FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTSAL**. A primeira solicitação da OSC foi em 17/07/2024. Eles encaminharam alguns documentos e faltavam, inclusive, alguns desses documentos que a gente acredita que seja um complemento de endereço, que é alguma conta de luz, alguma coisa assim, veio com senha para que pudesse abrir os documentos. Então, a gente só conseguiu acessar dois dos documentos. Mandaram a ata, o CNPJ, a emissão do CNPJ estava de 2022, o documento do presidente, faltavam alguns documentos e também os anexos. A gente encaminhou o despacho em dezembro, janeiro e março, e sem

retorno da OSC desde a primeira solicitação dela em julho. Então, a gente gostaria de encerrar o processo, e, bom, o interesse da OSC se abre novamente, mas eles fizeram apenas esse primeiro contato, enviaram alguns documentos e depois não responderam mais desde julho. Entenderam? É só questão de arquivamento, **SOLICITAÇÃO DE ARQUIVAMENTO**. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Então, em votação, quem é favorável ao arquivamento, favor levantar a mão. OK. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER FAVORÁVEL AO ARQUIVAMENTO**. **Francyne da Rosa, CEMME:** A gente fez análise de processos hoje. E é isso! Então, a gente conseguiu dar conta.

- PROCESSOS CONSELHO TUTELAR:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) - Presidente: Então, vamos lá. Nós tivemos mais um caso de uma conselheira tutelar, a **CONSELHEIRA MARINA SIRLEI PAZ DA SILVA**, que era da Micro 6, se não me engano, que quando ela foi chamada para cobrir férias em alguns outros momentos, ela não apresentou o certificado de ensino médio. E aí, lá no momento, que foi feita a inscrição pela FUNDATEC, ela apresentou, só que não se sabe o porquê que ela não conseguiu apresentar agora. Então, assim, eu queria trazer para vocês, que essa moça não cumpriu os requisitos do edital. Lembrando que quem faz a eleição do Conselho Tutelar é o Conselho, o CMDCA, e teve um edital dizendo que uma das documentações necessárias para apresentar é o certificado de ensino médio. Se ela não consegue apresentar, ela não cumpre o necessário para exercer. E, aí, então, lá no despacho anterior, está sendo colocado de que é para nós darmos o nosso parecer do que fazer com essa pessoa, se é para cancelar o chamamento ou continuar chamando ela até algum momento. Então, eu fiz o despacho, aí eu estou passando para vocês aqui de que ela não cumpre os requisitos exigidos no edital de eleição para o pleito, e sendo assim ela não pode assumir o cargo pleiteado. Em relação aos trâmites de Prefeitura, a servidora municipal cabe à administração pública adotar as medidas cabíveis em caso da cessão. Ela apresentou o certificado para esta eleição, para ela se inscrever ela tinha que apresentar. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Ela não tinha que ter apresentado quando ela se inscreveu? E ela apresentou? [Falas concomitantes]. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Calma! Aí, ó, olhem porque agora ela não consegue. Observem, por favor. Vai lá para baixo (slide). Ela não concluiu, ela fez 2 anos, o 3º não tem.

[Falas concomitantes]. Só que assim, mesmo ela chegasse agora, mesmo se ela apresentasse agora não é válido, porque lá no momento tinha inscrição, ela não estava concluído e foi um erro, literalmente, de ter aprovado ela para a outra fase. Ela não assumiu. Quando ela foi apresentar, foi falado para ela a questão e aí ela não assumiu. Então, podemos aprovar o meu encaminhamento ali? Então, em votação. Quem é favorável ao encaminhamento, por favor? Então, está **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Tem outro. Esse aqui é um projeto de lei que chegou para nós, aí eu preferi trazer para a plenária, porque eu acredito que seria interessante a gente poder ter uma conversa geral. Também sobre o Conselho Tutelar. E a proposta de lei é a inclusão da matéria de direitos humanos, diversidade e inclusão da qualificação e aperfeiçoamento e reciclagem do Conselho Tutelar. Então, entraria como um dos critérios lá, do que se estudar dentro do Conselho Tutelar para a qualificação dele e seria mais um dos requisitos do que a gente pediria. No ano passado, se não me engano, ou neste ano, não me lembro, acho que o ano passado, a Vereadora Tanise trouxe uma das questões de que poderia ser feito, também, por instituições religiosas a capacitação do conselheiro ou do candidato. Aqui, também, é outra vereadora, que não me lembro agora o nome dela, mas ela está trazendo da inclusão dessas matérias aqui. Aí ela traz toda uma defesa, e aí aqui ela traz: o curso de qualificação, aperfeiçoamento e reciclagem mencionado no caput deste artigo deve contemplar os seus conteúdos programáticos sobre matéria de direitos humanos, diversidade e inclusão. Eu trouxe para nós podermos conversar, mas as OMSs já trazem bem a questão de diversidade e inclusão. O ECA também já traz isso, mas o que eu acredito que vai talvez ter um debate interessante é de que algumas pessoas pensam muitas vezes que a diversidade é apologia, e é pelo contrário, é realmente a palavra: é diverso. Eu queria trazer para vocês para a gente poder fazer alguma fala e poder estar contextualizando, para a gente poder discutir. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Concordo plenamente, porque hoje em dia a gente não pode... A gente vai ter que isso... Olha, não tem nem como não defender isso aí, isso aí é mais do que importante, mais do que necessário. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** E a política de direito de criança e adolescente é uma política de direitos humanos, todas as temáticas, na verdade, é só uma normatização. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** A questão é que hoje a gente tem as políticas, e muitas vezes as formações podem ser feitas de uma forma que crie exclusão. E se vai perpetuar algum tipo de racismo, LGBTfobia, capacitismo, isso é justamente para não ter esse problema, acho que está reforçando isso.

Porque não tem isso aí, já é o normal do trabalho. Mas deve ter algum fundamento para estar reforçando isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** A da questão religiosa foi da Vereadora Tanise, já está aprovado pela Câmara, que as instituições religiosas, independente de igreja, as religiosas, elas podem oferecer cursos de qualificação ao candidato. Mas aí foi colocada uma sugestão nossa, de que elas tenham que ser registradas aqui. Essa inscrição, ela não pode simplesmente... Como eu brinco: abri uma janela e pronto. Tu tem que ter um registro de instituição e aí a gente faz a visita, passa todo o processo normal. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Mas isso aí foi feito depois disso? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Foi feito depois. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Então, tem a ver com isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, exatamente, é de agora. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** É tipo assim, tem que fortalecer isso, se não pode dar problema depois, reforça uma coisa boa. **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** Mas ela teve uma resistência na Câmara, na comissão, para vir para o Conselho, teve debate? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É que, na verdade, quando trata coisa sobre crianças, adolescentes ou Conselho Tutelar, tem que vir para nós. E aí que seja com uma questão de consulta, vem para nós, tanto do nível municipal, mas nós já fomos chamados no nível estadual também. Assuntos relevantes, necessários, né? É ouvir o que a gente pensa. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Então, o Conselho poderia, para além de estar escrito aqui, saber, apresentar o conteúdo que vai ter a formação? Alem de não só ter inscrição aqui, mas apresentar o conteúdo que vai fazer a formação, não deveria vir para o Conselho? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É que quando a instituição vai se registrar, provavelmente essa instituição vai ser de assessoria, aí ela já manda mais ou menos o que ela faz. Provavelmente, ela vai ser de assessoria. Não vai ter nenhum outro serviço ainda, sabe? Então, a gente vai fazer um **DESPACHO DE QUE O CONSELHO É PLENAMENTE FAVORÁVEL A ESSA MATÉRIA**.

- REUNIÃO DE REAJUSTES DAS PARCERIAS DAS INSTITUIÇÕES E PROPOSTA SECRETARIAS:

Olha só, prometo que é a última. Amanhã nós teremos a reunião com o André Coronel, com o Secretário Maurício, com o Secretário Leonardo da Assistência e a FASC, com a Fazenda. E, então, amanhã a ideia é a gente, enquanto CMDCA e Fórum, trazermos a questão dos reajustes das parcerias das instituições e também que a proposta que, na verdade, eles estão trazendo um retorno. E também nós fazermos uma fala. E aí eu quero amarrar com vocês essa questão de nós levarmos uma proposta para o governo de algum valor, que o Conselho da Criança possa colocar nos valores de metas para a assistência ou serviço de convivência para ampliar. O que está acontecendo? Nós estamos hoje com as metas num valor de 320 a 350 a assistência social, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Nós tivemos uma conversa com a Prefeitura e a Prefeitura disse que está sem dinheiro, está sem dinheiro, está sem dinheiro... Há controvérsias, mas tudo bem! Aí então, eles estão fazendo a reconstituição do crime para a gente poder entender tudo. E aí a Prefeitura trouxe de que faria uma proposta para o COMUI de poder abarcar um valor de metas, que eu não recordo agora a quantidade de pessoas, mas eram algumas metas. E a partir deste "abarcar", seria no valor mais ou menos de 10 milhões, onde esses 10 milhões poderiam ser colocados para a ampliação, ou qualificação, ou um valor para a assistência. A fala da Prefeitura também é de que a educação tinha recurso. E aí eles fariam uma mescla entre secretarias para poder repassar um valor interessante para as instituições. As instituições estão pedindo um valor de 8% de reajuste. Lembrando que as instituições já estão pagando desde janeiro os funcionários com o reajuste, porque o reajuste está no valor, no dissídio desde janeiro. Então, fora todas as questões de que a gente teve muito mais gastos, na verdade, na inflação, do que aconteceu de tudo nesse período já. E o que eu quero ver com vocês é: posso manter esta fala que nós já tivemos num outro momento aqui de que a gente pode estar repensando os nossos valores de edital e colocando um valor para aportar na assistência social? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu já tinha manifestado, gostaria mais uma vez de manifestar. Participei das reuniões, duas junto com o Fórum, junto com a parte da executiva do Conselho. E eu acho que é mais importante para a qualificação da rede básica, principalmente do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que atende as crianças mais fragilizadas dentro das comunidades. A educação infantil já foi qualificada, mas o serviço de convivência o recurso que é repassado hoje, ele é bem menor que hoje o da educação integral que tem outras

obrigações e necessidades. E se hoje a Prefeitura nas discussões que tem vier alguma coisa da parte da educação que pudesse complementar e o Conselho, e a gente assumir um compromisso com a Prefeitura de manter depois o valor per capita, que é a proposta que o Fórum, que a própria FASC, o Cristiano Roratto, enquanto presidente, ainda em reunião conosco falou que a meta era chegar nos 530 reais, se eu estou bem lembrado. E que, inclusive, estava se tratando com o Centro de Governo uma pactuação de ao longo desse ano fazer essa qualificação do serviço para poder até colocar algum perfil mais técnico para ajudar as equipes, que há muito sofrimento hoje no trabalho. E eu acho melhor o Conselho nesse momento, se a Prefeitura não tem condições de fazer o tensionamento para a Prefeitura assumir e num primeiro momento aportar um recurso para chegar nesse valor, para poder qualificar, do que a gente receber ou encaminhar para as instituições num edital que é um recurso pontual. Sim, ele ajuda a qualificar estruturas, às vezes adquirir um equipamento, mas o grande desafio das instituições é manter uma ação continuada qualificada, senão a gente qualifica sem a estrutura, às vezes uma pintura que precisa, um telhado precisa melhorar, mas manter uma equipe e aqueles gastos que são constantes, num compromisso pactuado com a Prefeitura, é mais decisivo e mais importante, que vai dar um salto de qualidade no serviço de convivência da cidade que está por muitos anos. Hoje praticamente é 1/3 do que a educação infantil recebe no atendimento. São crianças maiores que consomem mais alimentos, embora devamos reconhecer que a educação infantil atende dois turnos. O serviço de convivência é um turno, mas no mínimo chegar à metade do valor que hoje está na educação infantil, para a gente poder valorizar um pouco e melhorar os trabalhadores, nós temos uma rotatividade. Até sugiro que o Conselho pense um processo de qualificação, temos falta hoje de educadores sociais, tanto para acolhimento institucional de qualidade, como serviço de convivência, e para outras ações que são importantes. Então, um aporte do Conselho, eu faço a defesa aqui junto com as entidades da gente qualificar mesmo. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** A minha dúvida, Carol, é como que se dá esse repasse no valor do Fundo, esse repasse ele vai direto do Fundo para as organizações ou ele vai do Fundo para a Prefeitura e a Prefeitura faz o repasse para as organizações? Eu pergunto isso porque são fontes de recursos diferenciados, um é do Fundo Imposto de Renda, como que a gente também fala isso para a comunidade? Porque isso veio por meio de campanhas que as organizações, as fundações fizeram para captar recurso próprio do Fundo e a gente está destinando esse recurso para a Prefeitura para bancar. Isso, inclusive, aquilo que a Rochele fala aqui, é bem o contrário,

porque o serviço de convivência é um serviço continuado, não é um projeto. Recurso do Fundo, sempre fala, são recursos do projeto. Então, como que isso vai se dar legalmente? Até pensando, e agora falo de uma forma muito provocativa, que aqueles 250 mil lá das verbas da enchente, que vai fazer um ano que saiu do Fundo para um ente público que era FASC, até hoje não veio. Então, juridicamente, se analisar o primeiro contexto das verbas emergenciais que não vieram, como que esse vai dar? De que maneira vai dar? Então, acho que fica esse questionamento, até para também a gente ter a segurança de devolver para aqueles que aportaram para o Fundo que esse recurso foi destinado para a Prefeitura para o reajuste do dissídio, do reajuste anual que a Prefeitura deveria conceder às suas parceirizadas. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu só queria dizer, esclarecer, para mim é uma questão bem pontual. Eu entendo, também discuti muito com a Rochele, com a Sandra Schmidt, que argumentaram para nós. A Priscila fez aquele primeiro curso que foi mais longo. Ela sempre falou no plano ideal que o Estado deveria manter todos os custos. O Fundo aqui, eu estou falando do ponto de vista da instituição, da maior parte, a gente sempre complementou e muitas vezes, juridicamente, se dizia que havia um sombreamento de recursos, que vinha recurso do Fundo para o mesmo atendimento, porque o atendimento está muito precarizado. O que eu entendo que nesse momento da parte do Fundo Livre, a defesa que eu faço é que nesse momento que a Prefeitura diz que tem os impactos das enchentes e que não teria condições, que mais adiante poderia incorporar, que nesse momento eu acho que quando há uma disposição jurídica e a necessidade ou imperativo ético, se constroem argumentos e caminhos jurídicos. Lamento, João, que aquele recurso das enchentes, ali eu acho que, desculpe dizer, é uma má vontade, porque o Conselho aqui colocou um caminho de ajudar a rede da cidade e não construiu os caminhos jurídicos para poder fazer um processo mais rápido. Foram quantas reuniões que foram feitas com a PGM, vai e volta, até que achou esse caminho de repassar para FASC e até hoje não repassarem, é uma vergonha. Até estava circulando aquela proposta do Governo Federal de alteração no MROSC para essas calamidades, de não ter um caminho jurídico. Eu acho que quando há uma vontade se constrói aquilo que for necessário. Agora, o custo para o Município, nós estamos falando do acolhimento institucional que custa quase 6.000. Hoje uma criança ou duas é quantas no serviço de convivência? E nós estamos hoje com vários serviços, e eu estou falando lá da Lomba lá, que eu sei, que a gente tenta, tenta o serviço ali, junto com o apoio com a família, mas os recursos são tão limitados, quando vê a criança vai para um acolhimento, às vezes na

mesma instituição, no caso nosso lá, que vem da Lomba e vai ali para o R7, onde lá o custo, daí vai ter outras necessidades que deviam ser atendidas na comunidade, ele vai acessar porque a promotora está em cima do Município para exigir. E lá, nós da comunidade, não temos o atendimento da saúde mental, o que precisaria, mas quando está lá no abrigo é uma exigência rápida que tenha. Por que não tem antes? É uma contradição e com um custo altíssimo emocional que nunca vai ser reparado e talvez o problema psicológico vai agravar, porque vai ter outras rupturas e feridas para tratar. Então, eu entendo, me incomoda muito que nós no Conselho tenhamos que discutir uma política tão importante e que é tão pouco valorizada pelo Município. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** É, a minha intervenção é no sentido de, realmente, como a gente vai repassar esse recurso, teria de ir às instituições, mas mesmo assim acho que tem que ter um edital específico. Não tem outra forma. E outra coisa é assim, a preocupação com a questão das leis orçamentárias. O que realmente é recurso do Município e o que é responsabilidade do gestor, porque a minha preocupação é: hoje a gente libera esse recurso livre, o ano que vem as instituições não terão esse recurso e daí como é que se manterão? Então, eu estou um pouco preocupada com isso, porque uma coisa é a gente fazer com que se organizem, dê esse recurso, mas aí o ano que vem o gestor municipal, o orçamento municipal vai estar aquém dessas questões. Então, acho que gerar essas expectativas elas muitas vezes vão frustrar muito mais do que auxiliar. Então, eu não consigo enxergar ainda como é que seria a viabilidade para isso. Aí se pudesse a gente trazer uma proposta de como seria liberar, já para não criar expectativa como foi a questão das enchentes, eu me sentiria mais segura para votar. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** No COMUI chegou a acontecer a parceria? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Deixa eu colocar algumas questões. A ideia não é a gente votar. A ideia é a gente fazer um consenso do que os representantes amanhã na reunião podem levar, para a gente poder construir. A reunião que os secretários tiveram com o COMUI, o retorno que eu tive é que eles estão avaliando ainda. Mas eu acredito que independente do COMUI. E aí eu vou falar para vocês o que eu sinto, que eu não fiquei agradável, ou tranquila, ou feliz com a proposta lá desde o início, que se retiraria de uma política importante para colocar em uma política importante, sabe? Eu não fico feliz com isso. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Mas a demanda tiraria de que área? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

Caimc (Topogigio) – Presidente: Dos idosos. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Ah, para botar nas crianças? Não, né! Os idosos precisam, as crianças também precisam. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É, só que daí, tipo assim, a proposta, os idosos não ficariam desassistidos, porque quem assistiria seria o COMUI, mas, ao mesmo tempo, um recurso que seria ali para qualificar viria para nós. O que eu penso, tá? Sobre a Resolução 87 ali, que nós temos a questão da enchente, eu acho que além de vontade, e é vontade literalmente, faltou vontade política. Então, faltou a vontade e a vontade política. E aí eu vou bem na linha que o Frei fala, eu penso, e aí falado pela boca da Procuradora e pela boca do André Coronel: "Carol, sentem junto com a PGM e construam, porque eles estão ali exatamente para construir tudo o que é preciso". Então, eu acho que há viabilidade de várias questões. Penso também que a gente tem que amarrar, se for o caso, da gente fazer um aporte, como a gente já fez. E aí, os conselheiros mais antigos que me ajudem, nós já fizemos aporte para a educação infantil, nós já fizemos aporte para o SAF, para o Ação Rua, para... Nem sei mais quantos serviços Porto Alegre aportou, enquanto Conselho, para manter durante um bom tempo, para depois a Prefeitura retornar e fazer o seu. Concordo plenamente que a Prefeitura, e eu disse assim: "Não vou entrar na questão"; mas eu acredito que a Prefeitura tem esse recurso. Mas também penso, de um outro lado, a gente tem ouvido tanto, tanto, tanto, de tudo que é lado dizendo: "Ai, o Conselho tem 90 milhões na conta; ai, o Conselho tem 90 milhões na conta". Tudo é "tem 90 milhões na conta". Mas deste valor que nós temos na conta, a gente sabe que grande parte já está reservado para as instituições. Ok, 27 milhões nós temos ali de fundo livre, que nós podemos organizar para fazer as nossas injeções, vamos dizer assim, nas políticas públicas. Se nós fizermos uma escolha enquanto Conselho de fazer este aporte na política pública da assistência social, nós não vamos estar fazendo diferente até mesmo de um edital. É a mesma linha, nós vamos estar qualificando o serviço lá na ponta. O edital é qualificando o serviço lá na ponta e são as mesmas instituições. **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** A gente estava olhando hoje de manhã, acho que é um relatório, parecer da Procuradoria-Geral sobre as instituições da enchente, e aí eles questionavam a questão dos critérios das instituições e uma das sugestões era o aditivo de parceria, que diz no título, recomenda-se a formalização de termo aditivo às parcerias já firmadas com as entidades. Então, a gente já tem um relatório deles com orientações de como que pode ser esse valor. Exato, se fosse edital com instituições novas, seria diferente, mas as que já têm parceria, já têm

registro, poderia ser desse aditivo. Está ali no relatório, a gente está se baseando também um pouco nisso para fazer a questão do edital, para ver o que eles estão pedindo, eu acho que nesse modelo seria mais ou menos isso. [Falas concomitantes]. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Vejam como é contraditório, porque tu está há um ano esperando uma liberação de 3 milhões e não consegue, porque talvez não tenha interesse e agora, da noite para o dia, consegue liberar. Eu não sou contrário, sou favorável, concordo com a manifestação do Frei sobre as instituições, só tem que ver qual é o recurso, tem que ficar claro que é o fundo que está aportando esses, sei lá, 8%, vai ser 8% para um serviço, não vai ser para os outros. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não, mas não é o todo, não é o todo. Eu digo assim, não são 8%, porque os 8% seriam muitos milhões. A gente está falando tipo assim, vou dar um exemplo grosseiro, porque eu não sou da área da matemática, mas digamos assim, se a gente der 350 reais, a meta, e a gente fosse para mais 100 reais por criança, 450, sabe? É um aporte gigantesco que o Conselho estaria dando. É grosseiro, mas é mais ou menos esse valor, 100 reais por criança faria um impacto gigantesco lá na ponta para as instituições. [Falas concomitantes]. A garantia, eu acho que além de mídia, porque a gente tem que puxar a mídia para o nosso lado, a gente tem que fazer o "uau, olha só o Conselho de novo junto com a Prefeitura", mas o Conselho fazendo um grande aporte para a assistência, para as crianças. Eu acho que é mídia, e o Prefeito assinando um documento lá, mídia! **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: A**ssim, são duas questões, eu acho que a gente não pode pensar só na questão: ah, se for repassar recurso friamente para a Prefeitura, vai haver desconforto nesse pensamento, porque a Prefeitura tem os termos e tudo mais. Então, acho que a gente tem que pensar fora disso. A qualificação, eu concordo com o Frei e concordo com o João. Eu acho que a gente tem que, primeiro... Eu aqui, hoje, não sei te dizer: ah, repassar 4 milhões, repassar 10 milhões, repassar 20 milhões. Acho que primeiro tem que escutar. Em escutando, que formalizem via processo e aí eles formalizam e daí sim: olha, o que nós vamos fazer? Hoje 100 reais por criança, se for só pegar serviço de convivência, vai dar quase 1 milhão/mês. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Isso são 100 e média 9.000 crianças. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O pacto que o André colocou, que era para ser 250 mil. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Então, tá, mas isso tem que estar formalizado. E aí eu

concordo com o João, não dá para ir numa mesa de negociação assim, se nós estamos fazendo aniversário e nós não conseguimos, e o Conselho foi solidário, e quis ajudar, mas até o momento nós não vimos. Então, assim, primeiro liberem esses 200 mil. Depois a gente começa, e aí nesse meio tempo vocês encaminham, e depois a gente vem e pensa. A gente faz pensar, eu acho que tu não pode levar uma proposta assim pronta, sem tu saber o que vai acontecer. E aí este pleno aqui, dependendo da demanda, vai dizer: olha, nós queremos; e é por quanto tempo? É por 12 meses, são 24? O que é? O que não é? E depois? E eu sou favorável ao repasse, eu acho que a gente atende a política da criança, atende a ponta que precisa e que necessita, e quem necessita é a criança que está lá, disso eu não tenho dúvida. Mas esse montante, nós temos essas frentes primeiro para limpar. E sim, daí depois desse nosso retorno, aí se faz todas as contrapartidas do Município, aí eu acho que a gente pode sentar e elaborar as contrapartidas. É a mídia, é o andamento dos processos. Aí a gente constrói, aí a gente tem noção. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Só para colocar assim, não houve a proposta da Prefeitura, sobre isso não houve a proposta da Prefeitura. A proposta nesse estilo foi para o COMUI, não para o Conselho CMDCA. Nós estávamos representando lá, como nós não nos sentíamos confortáveis em tirar o dinheiro de um para botar para o outro, nós olhamos para os nossos recursos de FUNCRIANÇA e dissemos: "Nós também podemos fazer para o nosso público". Então, por isso que eu estou trazendo já em algumas reuniões, para a gente poder discutir isso aqui, para a gente poder fazer como a Sônia falou: faz a escuta e aí sim a gente vai trazer para vocês o que avançou, para a gente poder ir conversando. Não tenho noção de valores, não tenho noção de período, nem nada, mas também não penso em 24 meses, penso um ano e beijo, sabe? E aí acho que é bem isso assim, a gente faz um aporte, a Prefeitura assume depois e a gente vai trabalhar junto, porque tanto é que agora conversando com o Paulinho aqui, o Presidente anterior da FASC, que é o Cristiano, ele trouxe de que tinha colocado na LOA um valor já para subsidiar o reequilíbrio de serviço de convivência. Nós fizemos uma emenda popular para também este recurso. Então, assim, não tem porque não ser feito. Então, amanhã a gente vai ouvir, vai trazer todas as questões e aí a gente tem uma carta na manga, a gente tem uma carta na manga para a gente poder negociar também. Tá? Tchau para todos. Feliz Páscoa!

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.